

É um tempo de guerra



Por **MARCOS SILVA***

Aula Inaugural do Curso de História da FFLCH-USP, de 2021

Para Esmeralda Blanco B. Moura (*1948 / +2021), historiadora e professora do Departamento de História da FFLCH/USP, sempre bem-vinda.

O compositor brasileiro Chico Buarque criou uma canção, em 1968, com o título “Bem-vinda”. Ele explorou a homofonia daquele nome próprio com o adjetivo bem-vinda^[i]. A bela letra da canção contrapõe o universo pessoal, amoroso e afetivo da *persona* poética ao mundo do isolamento imposto pela ditadura brasileira de 1964/1985, a ser rompido por esperança e encontro entre seres humanos, novo mundo e nova vida. Bem-vinda é uma pessoa, Bem-vinda. Bem-vindos e bem-vindas somos todos nós, dotados de nomes próprios, Bem-vindos e Bem-vindas, novo mundo e nova vida.

Um poema do dramaturgo e diretor teatral Bertolt Brecht (1898/1956), com o título “Aos que virão depois de nós”, foi transformado em canção pelos compositores brasileiros Edu Lobo (1943/...) e o também ator e dramaturgo Gianfrancesco Guarnieri (1934/2006). O título da música é “Eu vivo num tempo de guerra” e ela surgiu no Brasil de 1965, um ano depois de iniciada uma ditadura. Essa canção lembra, no refrão: “*É um tempo de guerra, / É um tempo sem sol.*”^[ii].

Tais palavras assustadoras sugerem descontinuidade da vida: sem sol, reina a noite permanente, some a fotossíntese, os sujeitos humanos e quase todos os outros seres vivos deixam de existir. A guerra, portanto, é grande inimiga da humanidade, contra o sol e a vida. A imagem do sol, simbolicamente, remete a luz, conhecimento, como se observa já no Filósofo grego Platão (aproximadamente 428/348 a.C.) e em diferentes mitologias^[iii]. Sua ausência, em termos poéticos, significa múltiplas cegueiras.

Outra canção, agora dos compositores brasileiros Carlos Lyra (1933/...) e do também Poeta e Dramaturgo Vinicius de Moraes (1913/1980), “Marcha da Quarta-Feira de Cinzas”, afirmou em 1964, ano em que aquela ditadura começou: “(...) *E no entanto, é preciso cantar, / Mais que nunca é preciso cantar, / É preciso cantar e alegrar a cidade.*”^[iv]. São versos cantados, a letra e a melodia se dizem em ato contra a tristeza de um mundo sem carnaval, sem cantoria coletiva, sem beleza – e contra a ditadura de então, em seu início.

Sabemos, desde o Filósofo grego Aristóteles (384/322 a.C.), que Poesia não é História, enquanto campo de escrita e conhecimento, mas fala legitimamente sobre tudo (inclusive a respeito da História) e pode servir de inspiração para o trabalho dos Historiadores, como nos ensinou depois o Filósofo alemão Walter Benjamin (1892/1940), morto quando tentava fugir do Nazismo^[v]. Homero (provavelmente, 928/898 a.C.), Poeta da Grécia antiga, falou da Guerra de Troia, seus heróis e criminosos; Charles Baudelaire (1821/1867), Poeta francês, caracterizou a cidade que lhe era contemporânea como impessoal e sem continuidade nos contatos humanos, cenário capitalista do desamor^[vi].

Excelentes Letristas brasileiros contemporâneos, casos de Chico Buarque e Caetano Veloso (1942/...), preferem declarar que Letra de canção não é Poesia. Mas o diálogo entre tais gêneros textuais se faz muito frequente, no Brasil e noutros países, além de alguns Letristas serem respeitados Poetas ou tantos Poetas terem muitos de seus textos transformados em canções. Como se sabe, o Compositor norte-americano Bob Dylan (1941/...) recebeu um Prêmio Nobel de Literatura e o brasileiro Chico Buarque foi agraciado com o muito prestigiado lusófono Prêmio Camões: Letra de Canção, portanto, pode

ser Literatura.

As duplas Lobo/Guarnieri e Lyra/Morais produziam dentro de uma ditadura que era e continuou a ser guerra (elites militares e civis contra pobres, no período de 1964/1985 e até hoje, com breves intervalos) e usavam recursos poéticos para denunciarem suas atrocidades. Eles estabeleceram paralelos com o Nazismo, no caso de Lobo e Guarnieri, e com a Festa como Resistência, em Lyra e Moraes. O último campo poético e político foi depois retomado pelo filme de Cacá Diegues *Quando o carnaval chegar*, de 1972^[vii].

Não me refiro, aqui, apenas a guerras entre estados nacionais, que se agridem militarmente e mandam os jovens para a morte, condenam outras faixas etárias a fome, falta de teto, doenças e bombardeios. Falo também de guerras no cotidiano, entre governos e populações civis de uma mesma nacionalidade, entre setores sociais dessas populações. As armas usadas para matar homens e mulheres de diferentes faixas etárias, no atual cotidiano brasileiro de guerras, são falta de vacinas, falta de comida, falta de emprego, falta de moradia, falta de reajuste salarial – *“Tempo sem sol”*. Estamos no espaço de luta de classes e outras lutas sociais. Os jovens (ou não mais jovens) mortos, nessas guerras internas do Brasil, são principalmente negros e pobres, mas outras etnias e classes sociais não podem se considerar a salvo.

Não somos Cantores, *“(…) E no entanto, é preciso cantar”*, pensar no significado poético e crítico desse ato: nosso silêncio reforçaria todas aquelas faltas e consolidaria o poder de quem as produziu e produz, em nome do lucro que coisifica os seres humanos.

Indico um espaço geográfico no título deste escrito: Brasil. O Historiador, mais que apenas registrar e narrar, deve problematizar seus recortes, como o fiz em relação ao conceito de guerra. Brasil nunca é só Brasil (há relações com diferentes partes do mundo) nem é uma uniformidade (existem diferenças internas entre classes sociais, etnias, gêneros, faixas etárias, regiões etc.). É um raciocínio que também se aplica a outros países. Abordar qualquer país é pensar sobre tensões, contrastes, harmonias e acordos.

Registro ainda um tempo, 2021, nosso hoje. Muita gente ainda pensa que Historiadores são profissionais especializados em passado. Ignoram que os Historiadores Tucídides (460/400 a.C.) e Heródoto (485/425 a.C.) e que os Filósofos Maquiavel (1469/1527) e Marx (1818/1883) escreveram sobre suas contemporaneidades^[viii]. E esquecem de indagar sobre o conteúdo daquele passado, sobre as relações entre homens e mulheres que se produziram no dia a dia e foram presente para tais seres.

O passado não é monológico, não se encerra em si mesmo. Ele foi presente e é retomado por outros presentes, que a cada dia se tornam passado e se projetam para diferentes futuros, novos presentes e, depois, também passados. Tratar do chamado presente como relações entre homens e mulheres, portanto, é igualmente tarefa de Historiadores, que não esquecem dos diferentes passados e procuram estabelecer relações entre temporalidades, inclusive com possíveis e, de preferência, melhores futuros.

Nosso tempo de guerras é das guerras presentes, que nos agridem de forma direta, mas também de guerras passadas, que não se acabaram sem deixarem rastros, e de possíveis guerras futuras, que poderemos tentar evitar. Vemos, em cinema ou televisão, filmes que falam de diferentes guerras como apenas passadas – a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, com seus horrores de matanças, culto da morte, lançamento de artefatos atômicos contra seres humanos, que não estão apenas no passado, como o comprovam governantes de hoje que reeditam cerimoniais nazistas e seus similares, dão continuidade ao Nazismo e a suas políticas de exterminar oponentes políticos, setores de classes sociais, etnias. A História, como campo de conhecimentos, aborda as guerras presentes, sem poder ignorar as guerras passadas pois umas estão nas outras, nem silenciar sobre a ameaça de guerras futuras, que construiremos, dificultaremos ou impediremos, a partir dos campos de disputa política onde atuamos. Nosso horizonte de trabalho crítico se apoia em referenciais científicos, expressos em métodos e técnicas de trabalho.

Esse é um motivo pelo qual o Historiador precisa aprender sobre diferentes temporalidades e diferentes sociedades. A História, campo de Conhecimento, existe nas condições de espelho e janela. Através da História, aprendemos o que somos, individualmente e na diversidade dos coletivos (espelho). Mas a História também ensina sobre o que não somos de forma imediata, sobre outros períodos, outras sociedades, outros grupos em nossa própria sociedade (janela)^[ix]. Não vale a pena nos concentrarmos apenas em supostas genealogias diretas do que declaramos ser – país do mundo autodesignado como

ocidental, pretendo herdeiro de Grécia e Roma clássicos romantizados, via Europa Medieval e Moderna fotogênicas. Outras genealogias são silenciadas nesse recorte – África e América pré-colonial, mais a infinitude de nacionalidades que emigraram para cá, inclusive asiáticas, e aquelas com quem mantemos escassos contatos, como as da Oceania. Não é possível ignorar outras parcelas do mundo que se diz globalizado. Quando uma parte do mundo se designa como Ocidente, num planeta que é esfera, as outras partes passam a ser tratadas como algo externo, como resto. Precisamos muito conhecer China, Angola, Índia, Equador, Japão, Haiti, Austrália etc. em diferentes temporalidades.

Nós nos formamos e atuamos como Historiadores numa sociedade específica, no Brasil, uma realidade de múltiplas faces – as referidas diferenças de classe, gênero, etnia etc. Estudamos em português, mas precisamos dominar outras línguas científicas para ampliarmos nossos conhecimentos, alcançando publicações estrangeiras sobre diferentes problemas, inclusive temas brasileiros. Lembro de um Professor meu, no primeiro ano da graduação em História nesta FFLCH/USP, anos '70 do século passado, apontando o que ele considerava óbvio: conhecer Inglês, Francês e Espanhol. E mais um pouco de Italiano e Alemão – ao menos para saber usar um dicionário, segundo ele. E ainda línguas específicas para determinados problemas que desejamos estudar na vida: a lista é infinita, quem quiser pesquisar Grécia antiga precisará conhecer Grego clássico e assim por diante.

Poucos dentre nós dominaremos todas essas línguas no nível de fluência, mas precisaremos saber lidar com cada uma delas num plano que permita leitura. O domínio de algumas línguas é fundamental para termos acesso a um dos instrumentos básicos de trabalho do Historiador: a leitura crítica da Historiografia disponível, quer dizer, o Conhecimento Histórico produzido em diferentes épocas e países. Não podemos contar sempre com traduções, quer pelo intervalo entre publicação original e sua versão para nossa língua nacional (no caso de artigos em revistas especializadas, isso é muito grave pelo caráter de atualização de pesquisa ali publicada), quer pela qualidade, nem sempre confiável, de traduções disponíveis, especialmente, o emprego de falsos cognatos – traduzir a palavra francesa “collecteur”, aplicada a sociedades tribais, como colecionador e não coletor. No plano da pesquisa, o domínio de língua da sociedade escolhida para estudo precisa ser extenso, inclusive quando trabalharmos com fontes de época que não sejam apenas textuais: nenhuma fonte histórica dispensa outras modalidades de registro das experiências humanas, quem pesquisa pinturas precisará conhecer textos e mapas de época, além de outros tipos de documentos e assim por diante.

Falei em fontes: o Historiador sempre trabalha com materiais produzidos pela sociedade de que fala, sejam textos, edificações, outros objetos materiais, entrevistas gravadas, produções artísticas em diferentes linguagens – o elenco é infinito. Sem esses documentos, o profissional de História se reduziria à condição de divulgador do que outros pesquisaram. As fontes de época são colocadas pelo pesquisador em diálogo com a Historiografia já produzida e com o arsenal teórico adequado a seu entendimento – elementos de Filosofia, Economia, Linguística, Psicologia etc.

A relação do Historiador com diferentes documentos é de zelo técnico e autonomia interpretativa, a partir de critérios científicos. Esses profissionais não são repetidores do que os documentos dizem. Cada Historiador reflete criticamente sobre seus documentos de pesquisa, explica a produção e a circulação original deles, problematiza seus conteúdos a partir de diferentes enfoques conceituais e historiográficos.

O regime da História como discurso erudito (pesquisa e ensino) dialoga com o regime da Política como prática social (relações de poder), tendo o solo em comum da disputa pela Memória. Historiadores não são alheios à Política, mas seu regime de pensamento e escrita é próprio. Entendo ser necessário um esforço para garantir as especificidades do Conhecimento Histórico, sem perda do solo político em que ele se faz possível – acesso a documentos ou censura por diferentes instituições, condições de trabalho, presença na Cultura de diferentes grupos sociais etc. E voltamos à questão da História do Tempo Presente.

Os historiadores se especializam no estudo de diferentes períodos da História e todos são de extrema importância para esse campo. Alguns daqueles profissionais se dedicam à História do Tempo Presente ou História Imediata, gênero de estudos que, com suas configurações específicas, participou da invenção grega desse campo de Conhecimento, continuou a ser praticado ao longo do tempo, de múltiplas formas, e tendeu a ser desvalorizado por alguns profissionais da área, que o consideravam menor, semelhante ao Jornalismo (lembro que Autores brilhantes como Karl Marx e Euclides da Cunha escreveram para jornais), confundido com a prática política, aquém de um saber dotado de método. Os pesquisadores de História Oral também são comparados, pejorativamente, a Jornalistas, nossos párias: seremos brâmanes para esses párias?

É importante entendermos os métodos dessa História do Tempo Presente ou História Imediata, compreendermos que suas

relações com Jornalismo não se confundem com falta de rigor^[xi]. Essa História enfrenta uma infinidade de documentos disponíveis (mídia, relatórios governamentais, pessoas para serem entrevistadas, Cultura Material), habitualmente dispersos; e convive com outra infinidade de fontes inacessíveis (sigilos governamentais e empresariais, textos e imagens que são destruídos por seus produtores após um uso imediato etc.). Ela jamais será gênero único ou isolado da pesquisa histórica, da mesma forma que os demais gêneros nesse universo não podem aspirar à hegemonia sobre cada um dos outros^[xii]. Mas além de falar historicamente sobre o Tempo Presente ou o Imediato, ela tem uma importância peculiar para os demais especialistas em História: explicar o tempo de onde todos os Historiadores, dedicados ao estudo dos mais diversos períodos, falam.

A maioria desses profissionais aborda em suas pesquisas, de forma direta, tempos diferentes daquele em que vive, e isso é muito bom, até necessário. Nenhum deles, todavia, consegue se despir de seu próprio tempo, quer no aparato técnico que utiliza (em nossos dias, computadores, laboratórios, universo conceitual de diferentes campos de saber, aparelhos para reprodução de imagem e som etc.), quer no referencial de indagações sobre o mundo que faz parte de sua experiência cultural como mulher ou homem, inclusive dimensões de classe social, etnia, faixa etária, gênero e tantas mais em lutas ou negociações.

O Conhecimento Histórico fala sobre diferenças e continuidades entre períodos e sociedades. Se algum Historiador, ao abordar um período diferente do seu, apenas repetisse sua temporalidade imediata de experiências, projetando-a para outras épocas e sociedades, aquele campo de estudos perderia sua razão de ser, estaria consolidada uma espécie de presente contínuo em seus resultados de pesquisa; tal Historiador permaneceria, portanto, no espelho (reflexo de sua imagem), sem coragem de ir à janela (abertura para outras experiências, que até podem se chocar com as suas).

Todos os períodos e todas as sociedades são merecedores de atenção dos Historiadores. Nenhum pesquisador conseguirá estudar a infinidade de épocas e sociedades existentes, mas sempre poderá ter acesso crítico às investigações feitas por outros especialistas.

Nossa grade curricular na Graduação em História da FFLCH/USP está apoiada numa divisão europeia clássica, o que é compreensível porque essa área, na anterior denominação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, foi fundada em larga escala por docentes franceses, além de a importante Historiografia gaulesa ser uma referência mundial. Temos, então, o eixo central representado por História Antiga, História Medieval, História Moderna e História Contemporânea, mais História do Brasil, História das Américas, História Ibérica, História da África, História da Ásia, Metodologia e Teoria da História e outras disciplinas, em recortes por problemáticas de pesquisa.

Todas essas áreas são fundamentais, importantes e necessárias na formação de um profissional de História. O excessivo peso da clássica divisão Antiga / Medieval / Moderna / Contemporânea convida a pensar sobre o viés predominantemente europeu do que estudamos^[xiii], em detrimento de outras Histórias. O continente africano já merece uma boa atenção em nossa FFLCH/USP, mas a Ásia, embora abordada em excelentes cursos, ainda não merece maior cuidado sobre sua grande diversidade de períodos e experiências, isso para não falar da quase sempre oculta Oceania e de partes das Américas ou mesmo da Europa.

Evidentemente, a História europeia e do Oriente Próximo de diferentes períodos tem que ser muito bem estudada por todos nós, que nos graduamos em História no Brasil. Jamais entenderemos trajetos históricos de nosso país sem um bom conhecimento de Grécia e Roma da Antiguidade, referências em Política, Retórica, Filosofia, Teatro, Direito, Religiosidades... É impossível conhecer o Brasil colonial sem ter estudado Grécia e Roma antigas. O Catolicismo, tão importante na colonização da América Latina, exige que se estude as Histórias de judeus, egípcios, povos da Mesopotâmia, gregos e romanos da Antiguidade. A brilhante retórica de Antônio Vieira (1608/1697) apelou para modelos clássicos da Oratória greco-latina, reelaborados à luz de Catolicismo e Colonialismo de seu tempo. Muita coisa semelhante poderia ser dita em relação à Europa Medieval, Moderna e Contemporânea, necessários marcos para o entendimento de Catolicismo, Colonização, Estado laico, Industrialização, lutas de trabalhadores, instituições disciplinares e tantas outras experiências de sociabilidade.

Mas esses marcos não são origens lineares nem pontos de partida solitários^[xiv]. O grave problema é ignorarmos outras Histórias ou tratarmos delas de modo subsidiário e menor, negligenciarmos homens e mulheres como fazedores de

História em diferentes condições que herdaram^[xix], procedimentos frequentemente associados ao silêncio sobre o tempo de onde o Historiador fala.

Nenhuma Graduação em História dará conta de abordar todas as Histórias do mundo, mas cada Curso pode contribuir para que seus Docentes e Discentes tenham consciência dessa inesgotável vastidão das experiências históricas e da incompletude do que conhecemos; e sempre terá condições de abrir novas portas para essa expansão das Histórias conhecidas, suas lutas e conciliações.

Nossa formação acadêmica ocorre, mais habitualmente, num circuito que tende a ser fechado: aprendemos, com especialistas que são nossos contemporâneos, métodos e técnicas de pesquisa, dialogamos com nossos maiores (os Historiadores que nos antecederam) e, depois, com nossos iguais. Esse virtual isolamento pode contribuir para o aprimoramento individual de cada Profissional de História, mas ele nunca é pleno. Pensamos, escrevemos e falamos no mundo, para o mundo – um mundo cheio de conflitos e que, desejamos, caminhe para outros horizontes de convívio. Os resultados de nossos trabalhos aparecem em aulas, conferências, artigos em periódicos especializados, textos em periódicos de divulgação (jornais diários, magazines, blogs etc.), livros eruditos e didáticos, exposições montadas em museus e entidades similares, palestras fora do espaço acadêmico, entrevistas... Atingimos, portanto, um público de não-especialistas, que se informa sobre História através de tais suportes e espaços e responde a nossas pesquisas de múltiplas formas, em meio a tantas lutas e desejados encontros.

Existe, portanto, um Conhecimento Histórico mais estritamente acadêmico, naquele circuito fechado (diálogo entre profissionais da área), e uma Cultura Histórica que atinge público mais amplo, formado por mulheres e homens de diferentes faixas etárias, classes sociais, instituições (sindicatos, clubes etc.), gêneros e etnias. Sem esquecer de demandas por saberes históricos que diferentes grupos e movimentos sociais podem dirigir aos Historiadores, como se observou nas lutas pelos direitos das mulheres, de etnias preconceituadas e de trabalhadores pobres.

Um tipo de saber não exclui o outro, bons profissionais podem e devem atuar em todos eles, preservados os zelos críticos. O Historiador acadêmico possui responsabilidades diante dessa Cultura Histórica mais geral, fora da universidade, que, frequentemente, é produzida também por profissionais de outras áreas (Jornalismo, Ficção, Política etc.), com resultados muito desiguais, ocasionalmente deturpadores de experiências sociais. Sem esquecer, portanto, da Cultura Histórica que circula na mídia, nos discursos de políticos e empresários, no cotidiano de diferentes setores da população, que também podem se beneficiar do diálogo com os profissionais de História, além de contribuir para ele com indagações e hipóteses, intercâmbios de experiências.

Essa múltipla presença do profissional de História salienta sua atuação na cena pública, quer como produtor de inovações interpretativas no espaço acadêmico, quer como garantia de rigor na Cultura Histórica voltada para pessoas de diferentes faixas etárias, ocupações profissionais e escolaridades, interferência no social que vai além de fornecer interpretações profissionais. Não há sentido em impedir qualquer cidadão de falar e estar atento ao que se diz sobre História. Esse interesse público pela História, como público que consome e cidadão que pensa, merece contar com a colaboração dos profissionais da área, portadores de saberes metodologicamente consolidados.

O Ensino formal, nos níveis básico, fundamental e médio, é exercido por profissionais com estudos específicos em História, que estabelecem pontes entre o saber especializado e o público mais amplo. É preciso realçar que, nesse ensino, ocorre o possível derradeiro contato mínimo de crianças e jovens com a História acadêmica, traduzida por seus Professores.

Na Imprensa periódica, em museus e noutros espaços, é importante garantir a presença crítica dos profissionais da História, convidando público e especialistas de divulgação ao contato com a erudição acadêmica, garantindo que a História Pública não se desvincule do rigor erudito.

Os vários gêneros de Conhecimento Histórico disputam memórias no espaço público. Debates ampliados sobre questões sociais, políticas e culturais são de estratégica importância para todos e o combate a Negacionismos e Exclusões precisa contar com a participação de especialistas acadêmicos, em diálogo com diferentes demandas sociais. Discutir Nazismo e Racismos, por exemplo, é tarefa política que recebe importantes contribuições dos estudos históricos eruditos sobre esses graves problemas sociais, em suas primeiras manifestações, conexões com o Capitalismo e desdobramentos posteriores.

Tais discussões públicas são partes expressivas das guerras cotidianas travadas em diferentes países e momentos, inclusive aqui e agora. Não é de menor importância o debate, com respaldo do Conhecimento Histórico erudito, sobre

a terra é redonda

experiências ditatoriais, preconceitos, sexismos, privilégios, poderes, conquistas democráticas, invenções de novas sociabilidades libertadoras. A voz do Historiador, com seus cuidados documentais e interpretativos, pode e deve ter um papel de peso nesse panorama.

Historiadores e Professores de História, somos trabalhadores. Temos o privilégio, no mundo do trabalho, de preservar autoria de textos e aulas, identificados por nossos nomes, o que evidencia uma pessoalidade que a maioria dos outros trabalhadores tem negada em seu cotidiano, como se pudessem ser reduzidos por empregadores e órgãos governamentais à condição de coisas descartáveis.

Não podemos nos iludir com esse aparente privilégio: também em universidades, alguns gestores falam em política de descarte de pesquisadores e professores, para não falar nas escolas de ensino fundamental e médio, que demitem num ritmo acelerado seus docentes numa política capitalista de optar pela mão de obra mais barata; também editoras excluem determinados Historiadores de seus catálogos por motivos políticos.

Mais recentemente, no Brasil, tivemos a profissão regulamentada, o que significa algumas garantias (presença em determinados campos de atividade, níveis salariais) e responsabilidades sociais. Assim como é inadmissível e criminoso ver médicos receitarem remédios inócuos ou até prejudiciais para determinadas doenças, é igualmente inaceitável que Historiadores endossem Negacionismos e outras práticas de exclusão social e dominação sobre setores explorados da população.

Sobreviver, como assalariado, no Capitalismo, é difícil para todos, a resposta dos trabalhadores a isso é a organização sindical e a atuação política ampliada. Um grande escritor brasileiro, Lima Barreto (1881/1922), era excluído de importantes jornais de seu tempo de vida, quer como colaborador, quer como simples menção a seus escritos, pagava para publicar seus livros, mesmo sendo um homem pobre, mas produziu excelentes obras, tornadas canônicas postumamente.

Pensar, escrever e lecionar são nossas grandes armas.

Nessas guerras, vale relemburar uma canção brasileira de Cazuza (1958/1990), Denise Barroso (1956/1993) e Roberto Frejat (1962/...): *"Nossas armas estão nas ruas / É um milagre / Elas não matam ninguém"*.^[xi]

Quais armas? Beleza, Pensamento, Crítica.

Para cada Historiador, o agora é o ontem e o amanhã se fazendo por diferentes vias.

O importante Historiador brasileiro Sergio Buarque de Hollanda, ao se aposentar em 1969 como protesto contra as cassações de outros docentes da USP pela ditadura de 1964/1985, lançou mão de uma arma a seu alcance: a solidariedade com os cassados e a rejeição à ditadura. E continuou a pensar, escrever, fazer conferências. Outro importante Historiador brasileiro, Nelson Werneck Sodré, chegou a ser preso durante a mesma ditadura por motivos políticos e sofreu dificuldades para publicar novos textos, optou por colaborar com pequenos jornais de bairro e lançou novos livros pelas editoras que aceitaram fazê-lo, driblou tais barreiras e fez mais gols. Sem esquecer do grande Historiador Marc Bloch, expulso de sua cátedra na Sorbonne pelos Nazistas invasores da França, uma vez que era judeu, que ingressou na Resistência a esses genocidas, foi preso e fuzilado.

Nossas armas, nessas guerras, são aquelas do belo pensamento crítico que a História pode gerar, em diálogo com outros campos de conhecimento, inclusive Artes, Canções, Poemas e Cia.

Tais armas *"(...) não matam ninguém"*, até contribuem para salvar a vida de muita gente, contra Negacionismos e outras formas de extermínio.

***Marcos Silva** é professor titular de metodologia do Departamento de História da FFLCH-USP.

Esta é uma versão revista da Aula Inaugural do Curso de História da FFLCH-USP, de 13 de abril de 2021.

Notas

[i] BUARQUE, Chico. "Benvinda". [Benvinda - Chico Buarque - YouTube](#)

<https://www.youtube.com/watch>.

a terra é redonda

[iii] BRECHT, Bertolt. “Aos que virão depois de nós”. Tradução de Manuel Bandeira.

LOBO, Edu e GUARNIERI, Gianfrancesco. “Eu vivo num tempo de guerra”. A gravação mais conhecida dessa canção é de Maria Bethânia: Eu Vivo Num Tempo De Guerra –

[iii] PLATÃO. *República*. Tradução de Maria Helena da Rocha. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

[iv] LYRA, Carlos e MORAIS, Vinicius de. “Marcha da quarta-feira de cinzas”. A gravação mais conhecida da canção é de Nara Leão: Marcha da Quarta-feira de Cinzas | Nara Leão – LETRAS www.letras.com.br > ... > nara leão

[v] ARISTÓTELES. “Poética”, in: *Aristóteles II*. Tradução de Eudoro de Souza. São Paulo: Abril Cultural, 1991, pp 245/376 (Os Pensadores).

BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de História”, in: *Magia e técnica, arte e política*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp 222/232.

[vi] HOMERO. *Iliada*. Tradução de Odorico Mendes.

www.ebooksbrasil.org > eLibris > [iliadap](#) –.

BAUDELAIRE, Charles. *As flores do mal*. Edição bilingue. Tradução, introdução e notas de Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

[vii] DIEGUES, Cacá. *Quando o carnaval chegar*. Rio de Janeiro: 1972. Produtor: MAPA. Argumento: Cacá Diegues, Chico Buarque e Hugo Carvana. Roteiro: Cacá Diegues. Fotografia: Dib Lufti. Elenco: Ana Maria Magalhães, Antonio Pitanga, Chico Buarque, Hugo Carvana, Maria Bethânia, Nara Leão e outros. 100 minutos. Colorido.

[viii] TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: EdUnB / São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

HERÓDOTO. *História*. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília, 1988.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Tradução de Lívio Xavier. São Paulo: Nova Cultural, 1987, pp 1/114 (Os Pensadores).

MARX, Karl. “O dezoito brumário”. In: *O dezoito brumário e Cartas a Kugelman*. Tradução de Leandro Konder e Renato Guimarães. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, pp 9/159.

[ix] SILVA, Marcos. “Entre o espelho e a janela – Ensino fundamental e Direito à História”. *Projeto História*. São Paulo: PUC/SP, 54: 139/161, set/dez 2015.

[x] LACOUTURE, Jean. “História imediata”, in: LE GOFF, Jacques (org.). **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, pp 215/240.

[xi] Paul Veyne afirma mesmo que a História, como unidade, não existem, dispomos antes de Histórias.

VEYNE, Paul.

[xii] CHESNEAUX, Jean. “As armadilhas do quadripartismo histórico”, in: **Devemos fazer tabula-rasa do passado? Sobre História e historiadores**. Tradução de Marcos Silva. São Paulo: Ática, 1995, pp 92/99.

[xiii] BLOCH, Marc. “O ídolo das origens”, in: **Apologia da História ou O ofício do historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, pp 56/60.

Bloch viveu entre 1886 e 1944, foi fuzilado pelos nazistas depois de lutar na Resistência francesa contra esses genocidas e invasores de seu país.

[xiv] MARX, Karl. “O dezoito brumário”, in: **O dezoito brumário e Cartas a Kugelman**. Tradução de Leandro Konder e Renato Guimarães. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, pp 9/159.

[xv] CAZUZA, BARROSO, Denise e FREJAT. “Milagres”, A gravação mais conhecida dessa canção é: [Cazuza e Elza Soares – Milagres \(Clipe Oficial\) – YouTube](#)

www.youtube.com > watch – Consultada no dia 29 mar 2021.